



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO

Processo nº: **1002033-67.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Igor Sanches de Oliveira- Acompanhado(a) pelo(a) Advogado(a) Dr(a). Flavio Guilherme de Oliveira Correia da Silva // desacompanhado(a) de advogado.**
 Requerido: **Moveis Van Industria e Comercio de Moveis Ltda - representada pelo Sr Márcio José Gonçalves – RG 26651191 – CPF 162.094.328-08**

Aos 18 de abril de 2018, às 17:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) **MM Juiz**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de tentativa de conciliação, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes, bem como de seu(s) advogado(s) e representantes, acima identificados.

Proposta a conciliação esta foi aceita pelas partes nos seguintes termos. O(a) requerido(a) compromete-se entregar ao autor os **07 cheques faltantes**. Dois (02) será entregues no dia **23/04/18** na residência do requerente, sito na Avenida Otton Werner Rosel, n 777, Casa 298, Jardim Ipanema, fone 11-97322-0074, São Carlos, mediante a emissão de recibo. Os demais (05) serão entregues sucessivamente, sendo o primeiro no dia **15/05/18** e os seguintes nos meses subsequentes, no mesmo endereço, mediante a emissão de recibo. Com o presente acordo as partes dá por rescindido o contrato; o autor fica com os móveis instalados em sua casa, sem o pagamento de qualquer quantia ao réu. O não cumprimento da obrigação, implicará no prosseguimento do feito, pela soma dos valores das cédulas faltantes, acrescido de **10%** de multa. *As partes pedem a desistência do prazo recursal, o que é homologado pelo MM Juiz.* Pelo MM. Juiz Dr. **Silvio Moura Sales** foi dito: *"Vistos. Homologo, para que tenha eficácia de título judicial, o acordo a que chegaram as partes. Há resolução do mérito nos termos do art. 487, III "b" do C.P.C. Decorridos 5 (cinco) dias corridos do prazo previsto para o cumprimento da obrigação, sem qualquer manifestação em sentido contrário ao pactuado, façam-se as anotações de estilo, providenciando-se a baixa definitiva e arquivamento dos autos digitais, presumindo-se cumprida a obrigação (Seção V, item 14.2.1 do Prov. 806/03). Publicada nesta audiência, REGISTRE-SE". Saem os presentes intimados e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pelas partes, não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos. NADA MAIS.* Eu, Antonio Carlos Polveiro, Chefe de Seção Judiciário, digitei.

MM Juiz:

Requerente(s):

Requerido(s):(Preposto):

DOCUMENTO TAMBÉM ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA